



INFORME Direção Nacional

AGO-02

Brasília, 15 de agosto de 2017.

Plantão de Direção: Ângela ,Wellington, Robertinho
Em Brasília: Rolando.

INFORMES NACIONAIS

Relatório da Reunião Ampliada do FONASEFE – Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais dos dias 4, 5 e 6 de agosto de 2017.

Local: Auditório do Hotel San Marco – Brasília/DF.

Entidades participantes: ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASSIBGE-SN – CNTSS – CONDSEF – CSP/CONLUTAS – FASUBRA – FENAJUFE – FENASPS – SINAL – SINAIT – SINDIRECEITA – SINASEFE e UNACON-Sindical.

280 Participantes/Pessoas - 15 Entidades Nacionais - 87 Entidades de Base - 24 Estados da Federação.

PROPOSTAS APROVADAS POR CONSESO ENTRE AS ENTIDADES:

A) Criar calendário de mobilização e luta a partir das datas de luta das entidades:

- **11 de agosto** - dia nacional em defesa da educação pública
- **16 de agosto** - Dia nacional de luta contra a terceirização e extinção das zonas eleitorais; dia Nacional de Luta em defesa da saúde e da previdência pública e contra o desmonte do Serviço Público;

B) Construir mobilização a partir dos estados com convocação de assembleias por categorias, reuniões ampliadas entre os funcionários públicos das três esferas (agosto e setembro).

Construir dias de luta nos estados para ampliar a mobilização com a seguinte pauta:

- **revogação da EC 95**
- **revogação da Reforma Trabalhista**
- **Revogação da Terceirização**
- **Barrar a contrarreforma da Previdência**
- **barrar o PDV**
- **Pelo arquivamento do PL 248/1998 e do PLS 116/2017**

C) Organizar fórum dos servidores nos estados

- Convocar reunião ampliada, nos estados, entre funcionalismo público das três esferas + movimentos sociais + centrais sindicais + movimento estudantil + categorias em luta (campanha salarial etc) para construir atividades, debates, e ações nas ruas, etc.

D) Indicativo de greve ou paralisação do funcionalismo público, junto com a greve das categorias em luta em meados de setembro.

- Comissão para conversar com as categorias em luta: bancários, metalúrgicos, petroleiros... (CSP-conlutas, CONDSEF, FASUBRA, SINASEFE).

E) Construir os seguintes materiais:

- Jornal nacional em defesa dos serviços públicos e dos direitos sociais demonstrando os ataques, para ser panfletado nas categorias e junto à população. (para setembro)

- Panfleto CONTRA o PDV, as mudanças na licença não-remunerada e na avaliação de desempenho. (agosto)

F) Construir dia nacional de Luta em Brasília se houver votação da Reforma da Previdência

G) Elaborar nova carta para as centrais sindicais reafirmando a necessidade de construção de uma nova Greve Geral no segundo semestre de 2017

H) Luta pela auditoria da dívida pública com participação popular;

- Auditoria nos estados e nos municípios.

- Apoio das entidades para divulgar o folheto que trata do esquema financeiro fraudulento, disponível em:

<https://goo.gl/9wbDov>

- Participar do trabalho parlamentar que está sendo organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida para alertar parlamentares sobre o que está por trás dos projetos que visam aprovar esse esquema fraudulento.

- Apoio das assessorias de comunicação das entidades para a elaboração de matérias que ajudem a divulgar esse esquema financeiro e seus riscos para os servidores públicos.

- Apoio para realização de vídeo explicativo semelhante ao da Anfip sobre a reforma da previdência.

Outras propostas aprovadas

- Não as privatizações das estatais;
- Mobilizar para a audiência pública sobre o PL de insuficiência de desempenho;
- Lutar pela revogação da reforma do ensino médio;
- Não ao fechamento das unidades do Ministério do Trabalho;
- Campanha nacional unificada contra o assédio sexual e moral no serviço público;
- Que as entidades acompanhem os PL's, que tramitam no congresso sobre a retirada do direito de greve dos servidores públicos;
- Orientar a presença na audiência pública sobre o PLS sobre insuficiência de desempenho (assim que for convocada);
- Levantamento das perdas salariais a exemplo do "corrosômetro" (SINAL);
- ADI pela revogação da EC 95 (apoiar a iniciativa do CNS);
- Lutar por concurso público para todas as áreas e níveis;
- Mobilizar contra a reformulação da política nacional de atenção básica;

Moções aprovadas:

(OBS: o texto final das moções será finalizado na próxima reunião do FONASEFE, marcada para quarta-feira)

1) **Contra fechamento da UNILA**

2) **Contra demissões da base da FASUBRA**

3) **Contra o deputado do PMDB Sérgio Souza (PR), que está propondo fechamento da UNILA**

4) **Em solidariedade ao funcionalismo público do RJ**

5) **Contra a reformulação da política nacional de atenção básica**

6) **Contra as perseguições políticas e demissões na base do SINASEFE**

7) **Contra o esvaziamento da representação do Banco Central em Belém**

8) **Contra o desmonte do serviço público e do Ministério do Trabalho**

9) **Contra o desmonte da Justiça eleitoral**

10) **Moção de apoio aos Quilombolas**

Relatório dos Grupos de Trabalho

(OBS: as propostas apresentadas pelos grupos foram apreciadas pelas entidades do FONASEFE, mas somente parte delas foi incorporada ao texto aprovado por consenso)

GRUPO 1

1 – PARALIZAÇÃO DE 48HORAS

2 – ARTICULAR UM DIA NACIONAL DE PARALIZAÇÃO DO FUNCIONALISMO EM TODO O BRASIL

3- ORGANIZAR FÓRUM DOS SERVIDORES NOS ESTADOS

4- AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA E AMPLIAR DIVULGAÇÃO DA CONSULTA NACIONAL POPULAR

5- AUDITORIA NOS ESTADOS, NA UNIÃO E NOS MUNICÍPIOS

- 6- DEFESA DO DIREITO DE GREVE
- 7- CALENDÁRIO DE LUTA NOS ESTADOS
- 8- MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE PERMANENTE E CONSTANTE JUNTO AOS SERVIDORES PUBLICOS FEDRAIS NOS ESTADOS, ESTENSIDA AOS SERVIDORES ESTADUAIS, MUNICIPAIS, INCLUÍNDOS OS TRABALHADORES DA INICIATIVA PRIVADA.
- 9- PANFLETAGEM COM MATERIAL EXPLICATIVO PARA A POPULAÇÃO SOBRE AS REFORMAS, O DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO E SUAS CONSEQUENCIAS PARA A SOCIEDADE.
- 10- ANULAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA, PREVIDENCIARIA E DO ENSINO MÉDIO.
- 11- ANULAÇÃO DA PL248/1998, PLS 116/2017 E DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95
- 12- ARTICULAÇÃO DE UM DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO (24) HORAS, DO FUNCIONALISMO EM TODO O BRASIL, INDICANDO FÓRUMS EM TODOS OS ESTADOS, COM TODAS AS ESPERAS E A INICIATIVA PRIVADA.
- 13- MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COM SERVIDORES SEM SALÁRIOS, FECHAMENTO DA UERJ, UPPAS, EDUCAÇÃO, CLINICAS DA FAMILIA E CONTRA A PNA.
- 14- NÃO AO FECHAMENTO DAS UNIDADES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.
- 15- REFORÇAR AS LUTAS CONTRA AS PERDAS SALÁRIAS
- 16- CRIAÇÃO DE UM MATERIAL A NIVEL NACIONAL EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE.
- 17- MOÇÃO DE APOIO A UNILA RESISTA
- 18 – NOTA DE REPUDIO AO DEPUTADO QUE QUER TERMINAR COM A UNILA RESISTE.
- 19 – CAMPANHA NACIONAL UNIFICADA CONTRA O ASSÉDIO SEXUAL E MORAL NO SERVIÇO PÚBLICO.
- 20- REFORÇAR A CAMPANHA FORA TEMER E DIRETAS JÁ.

GRUPO 2

- 1 – Incluir no Eixo de luta o “Fora Temer!”
- 1.1– E trabalhar já as eleições de 2018 para mudar o Congresso
- 2 – Retirada de qualquer medida que retire direitos
- 3 – Pelo cumprimento dos acordos salariais
- 4 – Concurso público para todas as áreas e níveis
- 5 – Sair da plenária já em estado de greve
- 6 – Conscientização através de assembleias de servidores nos locais de trabalho
- 7 – Por um calendário de lutas
- 8 – Não ao ajuste fiscal
- 9 – Não ao desmonte dos serviços públicos e do funcionalismo
- 10 – Panfletar nos locais de grande movimento e nos locais de trabalho o nosso material que deve ser confeccionado em linguagem simples para facilitar entendimento de todos.
- 11 – Construir nas cidades junto às lideranças dos movimentos sociais atos *estão sendo implementados pelo governo federal e denunciando o apoio dos deputados, pois, estes são apoiados por muitos vereadores e prefeitos.
- 12 – Fazer outdoor com os rostos dos parlamentares que votaram contra os trabalhadores e dar ampla divulgação na mídia
- 13 – Fazer material para desmentir as propagandas enganosas do governo em relação as reformas em curso e também as mentiras e ataques sobre o funcionalismo, garantindo ampla divulgação desse material em todos os meios possíveis.
- 14 – Dialogar com as periferias, fazendo uso de uma linguagem simples, direta e objetiva a fim de conquistar total apoio dos companheiros e companheiras no enfrentamento que precisamos fazer contra esse governo corrupto e esse congresso.
- 15 – Combinar as lutas gerais com as pautas da categoria
- 16 – Preparar a greve geral do funcionalismo
- 17 – Promover amplo debate sobre os seguintes temas: PDV; Reforma trabalhista, reforma da previdência e EC 95
- 18 – Mobilização contra a reformulação da política nacional de saúde pública

CALENDÁRIO

- 1 – Dia nacional de luta em agosto, com atos de ruas.
- 2 – 48 horas de paralisação em setembro em unidade com as categorias em campanha salarial

GRUPO 3

A) Criar calendário de mobilização e luta a partir das datas de luta das entidades:

- 11 de agosto - dia nacional em defesa da educação pública
- 16 de agosto – Dia Nacional de Luta em defesa da saúde e da previdência pública e contra o desmonte do Serviço Público

B) construir mobilização a partir dos estados com convocação de assembleias por categorias, reuniões ampliadas entre os funcionários públicos das três esferas (agosto e setembro).

Construir dias de luta nos estados para ampliar a mobilização com a seguinte pauta:

- revogação da EC 95
- revogação da Reforma Trabalhista
- Revogação da Terceirização
- Barrar a contrarreforma da Previdência
- barrar o PDV

C) convocar reunião ampliada, nos estados, entre funcionalismo público das três esferas + movimentos sociais + centrais + movimento estudantil + categorias em luta (campanha salarial etc) **para construir atividades, debates, ações, etc.**

D) indicativo de greve ou paralisação do funcionalismo público, junto com a greve das categorias em luta em meados de setembro
- Criar Comissão do FONASEFE para conversar com categorias em luta (metalúrgicos, petroleiros, bancários...)

E) construir os seguintes materiais: **(OBS: preocupar-se com as questões de comunicação adequar a linguagem dos materiais)**

- jornal nacional em defesa dos serviços públicos e dos direitos sociais demonstrando os ataques (para setembro), para ser panfletado nas categorias e junto a população
- panfleto CONTRA o PDV (agosto); **Incluir a questão da licença não-remunerada e avaliação de desempenho.**

F) construir dia nacional de Luta em Brasília se houver votação da Reforma da Previdência

G) Elaborar nova carta para as centrais reafirmando a necessidade de construção de uma nova Greve Geral no segundo semestre de 2017

H) que as categorias façam “corrosômetro”

I) Ação junto a Auditoria Cidadã da Dívida Pública (proposta apresentada pela FENAJUFE)

J) ADI pela revogação da EC 95 (apoiar a iniciativa do CNS)

K) Realizar ocupações e trancamento de vias

L) Que os estados presentes possam fazer uma lista para trocar contatos e construir ações (lista por estado)

M) regulamentar a negociação coletiva no setor público

Outras propostas apresentadas à mesa

- Indicativo de data de greve geral
- Se greve geral de 24 ou 48 horas
- Rodada de assembleias gerais sobre data da greve geral dos SPF's
- Abrir discussão sobre constituinte
- Cumprimento dos acordos assinados
- Reposição das perdas salariais desde 2010

FASUBRA participa de Audiência Pública chamado pela Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais

Hoje, pela manhã, no Plenarinho 14 da Câmara dos Deputados Federais, no Congresso Nacional, em Brasília, aconteceu uma Audiência Pública chamada pela Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais.

Organizamos nossa intervenção no papel miserável da mídia brasileira, na desinformação, privilegiando o desmonte do serviço Público e, em especial, da Universidade. Colocamos que a cada Universidade que se manifesta divulgando a sua situação econômica na perspectiva de fechar as portas, a mídia vai para as portas das universidades desvirtuarem a opinião pública sem se aprofundar nos verdadeiros motivos que levou aquela universidade às necessidades financeiras, culpabilizando-a. Lembramos também que os trabalhadores em Educação se encontram em uma situação de falta de pessoal, com o congelamento de concursos públicos, na lógica da PEC do Fim do Mundo, e da ampliação da terceirização.

Impossível falar de Educação e não citar os Hospitais Universitários que sofrem represália por não aderirem aos encantos da terceirização e privatização dos serviços hospitalares, com as EBSERH, e com o massacre a educação pública, como querem os grandes conglomerados financeiros da Educação e Saúde privadas. O que justificará, no futuro, a entrega do patrimônio das universidades. Este desmonte está se constituindo com a anuência de 70% do Congresso Nacional e Senadores.

Não bastasse tudo isso, o Governo Temer anunciou a retirada das garantias trabalhistas do Executivo, poupando o Legislativo e Judiciário, alegando não ter autonomia dos demais poderes. As mudanças alcançarão os benefícios, como o auxílio-alimentação e saúde, além da Licença sem Vencimento. Também elaborou um PDV, promovendo a instabilidade no serviço público. Isso dentre outros ataques ao trabalhador, que já possui, a muito tempo, o menor salário e benefícios do Serviço Público. Tudo isto vem atrelado aos desmontes da educação pública e, se os parlamentares não se manifestarem, estaremos fadados ao fracasso na defesa do Serviço Público.

Direção Nacional FASUBRA Sindical

NOTÍCIAS

Regras também não diferenciarão homens e mulheres.

A reforma da Previdência prevê que o servidor público poderá se aposentar compulsoriamente aos 75 anos e voluntariamente aos 65 anos de idade e 25 anos de contribuição, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria. A regra vale tanto para homens como para mulheres.

A idade mínima será acrescida de um ano, para ambos os sexos, sempre que a expectativa de sobrevida da população aos 65 anos aumentar um ano. A expectativa de sobrevida é calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O valor da aposentadoria corresponderá a 51% da média dos salários de contribuição, acrescidos de um ponto percentual para cada ano de contribuição considerado na concessão da aposentadoria, até o limite de 100%.

Por exemplo, o trabalhador com 65 anos de idade e 25 anos de tempo de contribuição terá a aposentadoria igual a 76% do seu salário de contribuição (51 + 25). Para garantir 100% da média salarial, terá que contribuir por 49 anos (51 + 49).

O valor dos proventos de aposentadoria não poderá ser superior ao limite máximo (teto) estabelecido para o Regime Geral de Previdência social (RGPS). Hoje o teto é de R\$ 5.189,82. Os proventos serão reajustados pelos mesmos critérios do RGPS, que hoje usa a inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Regras de transição

É assegurada para os servidores que tiverem na data da promulgação da emenda, pelo menos 50 anos, se homem, ou 45 anos, se mulher. Somente na regra de transição será mantida a paridade de reajustamento com os servidores ativos, desde que o ingresso em cargo efetivo tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2003. A reforma revoga todas as regras de transição anteriores previstas na Constituição.

A transição apresenta os seguintes requisitos: idade de 60 anos (homem) ou 55 anos (mulher); tempo de contribuição de 35 anos (homem) ou 30 anos (mulher); 20 anos de serviço público e 5 anos no cargo efetivo. Haverá ainda um acréscimo de 50% sobre o tempo que faltar de contribuição na data da promulgação da emenda.

Por exemplo, se faltar dois anos para o servidor homem atingir 35 anos de contribuição, ele terá que “pagar um pedágio” de mais um ano (50%) para se aposentar.

Previdência complementar

Os servidores poderão ter planos de previdência complementar, como acontece hoje no âmbito da União. Estados, Distrito Federal e municípios terão que implantar os planos no prazo de dois anos após a promulgação da emenda constitucional.

Os entes federativos poderão estabelecer critérios para o pagamento do abono de permanência ao servidor que quer permanecer

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

AGOSTO

16	Prorrogação de data do dia 13/08 para o dia 16/08 para envio dos testes em meio eletrônico a Comissão Organizadora do Confasubra (até 18:00hs do dia 16/08, horário de Brasília) As teses deverão ser entregues, em mídia eletrônica, com solicitação de confirmação de recebimento e deverão conter um máximo de 250.000 caracteres incluindo os espaços em branco;"
-----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SETEMBRO

13	Reunião Ordinária do FENTAS
14 e 15	297ª Reunião Ordinária do CNS
18	Data limite para as entidades de base forneçam as informações oficiais que atestam o número de trabalhadores que integram a base do sindicato e se enquadram no conceito de base da Fasubra.
25	Período para realização das Assembleias de Base (As entidades de base deverão informar à Direção da FASUBRA Sindical, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a data da realização das Assembleias Gerais). Termino em 10/11.
28	Data limite para que os/as delegados/as ao confasubra estejam filiados às suas respectivas entidades de base

OUTUBRO

01 á 06	XXVI Seminário Nacional de Segurança das IPES e IBTT na Universidade Federal de Goiás Sint-ifesgo
04	Reunião Ordinária do FENTAS
05 e 06	298ª Reunião Ordinária do CNS
21	Prazo máximo de convocação das AG e comunicação a FASUBRA, exceto nos casos das AG convocadas pela base, conforme previsão regimental
22	Início convocação da Assembleia Geral pela base, para tal fim deverá ser subscrita conjuntamente por um dos membros da Direção Nacional da FASUBRA Sindical, pelo menos, por 3 (três) trabalhadores/trabalhadoras filiados/filiadas da base do sindicato
27	Data limite para que os acordos de regularização financeira de dívidas estejam firmados e sendo cumpridos

NOVEMBRO

01 á 17	Período de realização de Assembleias Gerais pela base, respeitado o prazo mínimo de 10 (dez) dias, inclusive, de antecedência entre a convocação e sua realização;
08	Reunião Ordinária do FENTAS
09 e 10	299ª Reunião Ordinária do CNS
10	Período para termino das Assembleias de Base
14 á 20	Data limite para que a ata, os editais de Convocação da Assembleia Geral e as respectivas listas de presença, devidamente rubricados pelo(s) representante(s) da Direção Nacional, pelos trabalhadores signatários da convocação e pelos demais membros integrantes da Mesa Coordenadora da Assembleia Geral, sejam enviados à Comissão Organizadora do XXIII CONFASUBRA, até o dia 14/11, no caso de assembleia convocada pelas direções das entidades de base, e no caso de assembleia convocada diretamente pela base, até o dia 20/11.
17	Data limite para que as entidades depositem o correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da inscrição do total dos delegados e delegadas de cada entidade.
26	Data limite para quitação da taxa de inscrição de delegados e delegadas
26,27,28,29 e 30, 01/12	XXIII Congresso da FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TECNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL – FASUBRA Sindical
26	Instalação da Comissão diretora do Confasubra
26 e 27	Início do credenciamento dos delegados e delegadas titulares, as 8 horas do dia 26/11 e encerramento as 12horas do dia 27/11

27	Credenciamento dos delegados e delegadas suplentes das 13 horas as 18 horas
30	As moções para deliberação em Plenário do XXIII CONFASUBRA deverão ser apresentados em meio eletrônico junto a Comissão Diretora até as 19horas do dia 30/11
DEZEMBRO	
06	Reunião Ordinária do FENTAS
07 e 08	300ª Reunião Ordinária do CNS